

Cenários de interação e conflitos. O espaço missioneiro na Província Jesuítica do Paraguai (séculos XVII e XVIII)

Helenize Serres¹
Maria Cristina Bohn Martins²

Resumo: A historiografia clássica sobre as missões jesuíticas do Paraguai referendou a ideia de ter havido, em territórios das atuais repúblicas da Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil, um espaço que se configurou como “missioneiro” (Figura 1). São especialmente conhecidos e reproduzidos em muitas imagens os remanescentes do traçado urbano dessas *reducciones*. Também teve amplo trânsito a noção de que elas haviam sido áreas homogeneamente guaranis, nas quais o trabalho diligente dos jesuítas havia moldado uma sociedade ordeira, estável e bastante isolada do seu entorno. Nas últimas décadas, contudo, novos trabalhos têm reconsiderado tais conclusões e apontado para a necessidade de redefinir esse “espaço missioneiro”. Passou-se a levar em conta, por exemplo, a sua permeabilidade bem como a presença nas reduções de outros coletivos étnicos, além dos guaranis. O presente artigo pretende desenvolver tal reflexão valendo-se de noções como porosidade, circulação e heterogeneidade para compreender o “território missioneiro”. Para tanto, privilegiaremos na análise as décadas finais do século XVII e aquelas que constituem a primeira metade do seguinte, momento que se considera como de “estabilidade” dessas reduções.

Palavras chave: espaço missioneiro, circulação, heterogeneidade

Interaction and conflict prospect in missionary territory. Jesuit Province of Paraguay, 17th and 18th centuries)

Abstract: The classical historiography about the Jesuit missions established the idea of having a place build as “missioner” (Figure1), on present-day territories of Argentina, Uruguay, Paraguay and Brazil. The urban remainder of those *reducciones* are specially known and portrayed in many images. Also, it was widely notorious the assumption that these areas were consistently occupied by Guarani people, and that the Jesuit attentive work had sculpted a systematic, stable and well detached society from its surroundings. Nevertheless, in the last few decades, new research has rectified those conclusions and suggesting the necessity of reconsider this “missioner territory”. Its accessibility and

¹ Doutora em História, Professora da Escola Estadual Professora Odila Villordo de Moraes, Itaqui, RS. Brasil. Endereço Postal: Rua Rafael Pinto Bandeira, 1230. Itaqui, CEP: 97650000. Endereço eletrônico: helenizeserres@gmail.com

² Doutora em História, Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos. Endereço Postal: PPGH Unisinos, Escola de Humanidades. Av Unisinos, 950. Novo Campus. São Leopoldo, RS. Brasil. CEP: 93020190. Endereço eletrônico: mcrist@unisinos.br



reduced presence of other ethnic groups were considered, besides Guarani. This article purpose is to exploit this view by the assumption that this “missioner territory” was a space of circulation, marked by the flow and variety of groups that visited it. For that, we will focus on the analysis, the final decades of the seventeenth century and those that constitute the first half of the next, which is considered to be the "stability" of these reductions.

Keywords: missioner territory, circulation, diversity

Artigo recebido em: 26/11/2018

Artigo aprovado para publicação em: 29/03/2019

En cada Pueblo hay uno o dos relojes de ruedas (...) por los cuales nos gobernamos en la distribución religiosa. Un indio viejo y ejemplar, que tiene su aposento dentro de casa es el portero. [...] El viejo, gobernándose por un reloj que siempre hay en el corredor del primero pátio, toca a levantar en el invierno a las 5 y en verano a las cuatro. (José Cardiel, 1747).

“¿Puede la historia garantizar una comunicación con el pasado? ¿Logrará descubrir a los cristianos y jesuítas de ayer tal y como fueron, sin convertirlos en un bibelot o en argumentos, sin transformarlos en esos “queridos difuntos” maquillados según las exigencias de una teología o de una apologética, y destinados a satisfacer nuestras avideces, nuestros miedos o nuestras polémicas?” (Michel de Certeau, 2006).

1. “Dentro e fora”: espaço missioneiro, heterogeneidade e interação,

Nos relatos mais conhecidos sobre as missões jesuíticas do antigo Paraguai, em particular nas chamadas “crônicas” que apresentam um considerável grau de idealização, são frequentes as passagens nas quais o espaço exterior aos *pueblos* aparece como ameaçador para a vida em “*policía cristã*”, em um jogo de oposições à ordem e estabilidade observáveis em seu seio³. Para compreender como se gestaram essas

³ Talvez as crônicas nas quais essa característica se apresente de forma mais clara, no que se refere às missões do Paraguai, sejam as de José Cardiel (1747 e 1771). De certa forma, o religioso traduziu esta ideia também em um mapa, muitas vezes lembrado para se referir ao “espaço missioneiro”, apresentado aqui na Figura 1. Projeções de natureza similar, contudo, não se manifestam exclusivamente para o caso da *Paracuaria*, tal como evidenciou Fernanda Giroto (2013) em estudo sobre as missões de Maynas, em particular sobre a crônica de José Chantre y Herrera, escrita entre 1770 e 1790, intitulada *Historia de las misiones de la Compañía de Jesús en el Marañón español* (1901). Ao longo do século passado, alguns trabalhos historiográficos, de autoria de religiosos, assumiram a ideia de um “espaço missioneiro” plasmado pela ação jesuítica, como se pode ver em Hernández (1913), Bruno (1969) e Furlong (1969). Um contraponto a esta ideia, produzido a partir de perspectivas historiográficas mais recentes, foi desenvolvido na instigante obra de Ivonne del Valle chamada “*Escribiendo desde los márgenes: colonialismo y jesuítas en el siglo XVIII*” (2009). A autora analisa, neste trabalho, narrativas produzidas por jesuítas nas fronteiras novohispanas em que se evidenciavam, segundo ela, não somente reptos ao colonialismo, como aos



elaborações – desafiadas hoje por uma análise mais crítica da documentação colonial –, devemos lembrar que muitas dessas narrativas foram escritas após a expulsão da Companhia, cumprindo o papel de ressaltar o valor do trabalho da Ordem em um cenário que lhe era muito desfavorável⁴.

Porém, apesar de grupos genericamente denominados “infiéis”⁵ à época serem costumeiramente representados como potencialmente hostis e perigosos, não podemos elidir as situações nas quais entre tais coletivos e os “índios missioneiros” se constituíram relações de naturezas variadas, tendo havido “un complejo flujo de interaciones entre los habitantes del pueblo y los de la comarca, incluyendo a los índios infieles” (WILDE, 2009a, p. 151). Mais ainda, André Luis Freitas da Silva (2013), por exemplo, ao estudar a diversidade étnica encontrável nas missões comumente chamadas “jesuítico-guaranis”, encontrou uma variedade de outros grupos vivendo em pelo menos 25 reduções. Tais ponderações, não restam dúvidas, têm estimulado que se retome e aprofunde uma questão que já havia sido apontada por Brasnislava Susnick (1966, 1994).

Figura 1 - Mapa de la Gobernación del Paraguay y de la de Buenos Ayres con la Línea divisória de las tierras de España y Portugal, ajustada entre las dos Coronas año de 1750.

discursos *criollos* setecentistas. As “fronteiras” assegura ela, desafiavam os jesuítas de forma singular, deixando marcas que assomavam, mesmo involuntariamente, em seus escritos.

⁴ Nos referimos à condição de exílio que se seguiu ao Decreto de Carlos III determinando, em 1767, a expulsão dos inicianos de todos os territórios do Império Espanhol. Os religiosos que atuavam nas missões da Província do Paraguai, a chamada *Paracuaria*, foram reunidos em Buenos Aires, para de lá partirem no ano seguinte. Muitos jesuítas, na condição de exilados em cidades italianas, dedicaram-se, então, a escrever textos que valorizassem o trabalho desenvolvido nos territórios ultramarinos. Sobre tais elaborações, María Morales ponderou que para “muchos de los historiadores de los siglos XVIII al XX la vida cotidiana de los pueblos jesuíticos se convirtió en un argumento privilegiado para demostrar la bondad del método y acción de la Compañía de Jesús en la antigua provincia del Paraguay [...] uno de los instrumentos más eficaces para que los enemigos de la orden se convencieran de su error, ya que muchos habían atacado el sistema jesuítico por su despotismo y obscurantismo” (MARÍA MORALES, 2007, p. 30).

⁵ O termo “infiéis” nas fontes costuma ser utilizado para fazer referência aos indígenas que não professavam o catolicismo. Segundo Elisa Frühauf García, o dicionário de Rafael Bluteau (1712) apresenta dois sentidos para o termo: quem não honra a palavra empregada e quem conhece a religião cristã, mas não a professa (2007, p. 219). Em sua “tradução” à situação colonial, ele assumiu uma dimensão especificamente religiosa. Os missionários tinham, em relação aos infieis, posturas oscilantes. Por um lado “se los consideraba rudimentares y poco confiables, por otro, se valoraba su destreza y se los reconocía como los mejores conocedores del monte” (WILDE, 2009a, p. 144) Como veremos adiante, estes “infiéis” ou “gentis” não devem ser considerados como blocos monolíticos, o que acaba por obliterar diferenças internas, estratégias e contextos políticos concretos de suas ações.





O “espaço missioneiro” segundo o Padre José Cardiel
 Fonte: BARCELOS, 2006, p. 304

Justamente por isso, alguns autores têm apontado para a necessidade de rever o conceito de “missões guaranis”, justamente por este desconhecer o processo de inclusão de outros grupos étnicos nas reduções. De acordo com Diego Bracco, por exemplo, tal conceito simplifica uma realidade complexa, devendo ser considerados como “indígenas missionários” todos aqueles que “interactuaron en el espacio de frontera situado al sur de las reducciones. Procedían de distintas naciones y -aunque emplearan preponderantemente el idioma guaraní- hablaban diferentes lenguas. Entre estas naciones la guenoa minuana tuvo un rol significativo” (BRACO, 2016, p. 45). Por seu lado, Guillermo Wilde compreende que devemos aludir a uma “*guaranización*” da população

reduzida, pois os jesuítas “*buscaron unificar rasgos culturales de un buen número de parcialidades de diferentes orígenes*”. (WILDE, 2009b, p. 93)⁶.

Os guenoas, por exemplo, estiveram presentes nas missões de *San Borja*, *Concepción*, *San Javier*, *San Nicolas* e *Santo Ángel* (WILDE, 2009a, SILVA, 2013; BAPTISTA, 2015), enquanto a comunidade sobre a qual se fundou *Yapeyú* estava formada por gentio guarani, yaro-gê e charrua (LEVINTON, 2009, p. 104).

De fato, desde o período inicial do estabelecimento dessa missão, também conhecida como *Santos Reyes*, é possível verificar a frequência dos charruas, tal qual registra o Padre Lupercio de Zurbano, na Carta Anua de 1637-1639: “Dista esta reducción del Puerto de la Santísima Trinidad cien leguas (...). Cerca de ella viven los Indios Charrúas, sus parientes, con los cuales comercian” (CA [1990],1637-1639, p. 136)⁷. Em uma missiva posterior (1683), encontramos que “de estos bárbaros (guenoas) algunos frecuentan, cuando no lo impieden las crecientes de los ríos, las reducciones del Yapeyú, La Cruz y Santo Tomé, para comprar algunos frutos” (apud LEVINTON, 2009, p. 108-109).

Norberto Levinton (2009, p. 113), por seu lado, informa que, segundo o Padre Superior das Missões do Uruguai, Bernardino de NUSDORFFER, o intercâmbio de mulheres acompanhou todo o período de sua existência, enquanto Guillermo Wilde menciona a troca de índias que eram renitentes à conversão, por cativas cristãs em mãos de “infiéis” (2009a, p. 147). Diego Bracco igualmente menciona tal prática ao se referir ao processo de integração dos guenoas aos *pueblos* missioneiros:

El proceso habría alcanzado preferentemente a mujeres y niños por lo cual cabe conjeturar que la reproducción social de la parte de la nación guenoa minuada que devino misionera fue intensa. Durante un lapso que excede la centuria, muchos de esos indígenas devinieron misioneros. Otros, descendientes de los que habían avenido la vida en reducción tempranamente habrían permanecido como tales durante generaciones (BRACCO, 2016, p. 44).

⁶ Para este último autor, inclusive, “o ‘guaraní missioneiro’ constituía en este sentido una categoría de pertenencia surgida del largo proceso de conversión indígena al cristianismo” (WILDE, 2009b, p. 93). Neste sentido, “la idea de pueblo o reducción há solido actuar como máscara de la diversidad y [...] heterogeneidad sociocultural interna de la población” (WILDE, 2009b, p. 85).

⁷ Segundo o documento, estas visitas não eram infrequentes, e podiam ser oportunidade para a catequese. Conta, assim, Lupercio de Zurbano, que tendo vindo um grupo, como era “su costumbre”, para comerciar, um dos visitantes que estava doente, foi tratado pelo padre da missão até que “capituló el charrua y se entregó a Cristo” (CA [1990],1637-1639, p. 136).



Essas situações continuaram existindo ao longo da primeira metade do século XVIII, quando os povoados se encontravam em um período de crescimento e estabilidade. Em um Memorial dos Superiores das Missões do Paraná e Uruguai sobre as “hostilidades dos yaros” de 1702, os padres Juan Bautista Zea e Matheo Sanchez se referem ao fato de terem sido entregues aos jesuítas pelo governador de Buenos Aires, Manuel de Prado y Maldonado, em torno de 500 desses indígenas para batismo e conversão.

Los Religiosos de la Comp.a de Jhs q [...] asisten en estos sus pueblos [...] entran a la Gentilidad, que habita en los montes a convertir y a traer muchas almas, y para eso tienen fundados el Pueblo de S. Francisco de Borja en el rio Uruguay y el pueblo de Jesus en el rio del Parana, donde catequizan [...] a los recién convertidos. Y ahora este presente año Vuestro Gov.^r [...] [...] entrego quinientas almas de la Nacion Yaro, para q las doctrinassemos, y Baptizassemos, y ya casi lo estan (MCA V, [1702] 1954, p. 116).

Portanto, além de algumas missões abrigarem contingentes de outras etnias, os guaranis das reduções se relacionavam com outros grupos estabelecidos em áreas próximas, possivelmente com os laços de parentesco articulando dinâmicas que iam além dos limites urbanos dos povoados. Efetivamente, queremos propor que as missões envolviam áreas consideravelmente mais extensas que seus núcleos urbanos, como, por exemplo, os campos de cultivo, os bosques dos quais se extraía a erva-mate, ou as estâncias de criação de gado (Ver Figura1). Sobre estas últimas, convém assinalar que desde finais do século XVII e ao longo da primeira metade do seguinte, expandiram-se para a margem oriental do rio Uruguai, incrementando as situações de contato e o relacionamento com os grupos locais, sendo tal situação a que mais particularmente importa ao argumento que aqui pretendemos desenvolver (Ver Figuras 3 e 4). Com efeito, a presença de grupos indígenas provenientes dos núcleos urbanos nessas estâncias introduz uma nova realidade nos contatos com os nativos que tradicionalmente as ocupavam. Além disso, como veremos adiante, a presença lusa a partir da Colônia de Sacramento bem como as alianças com as sociedades nativas suscitadas por essa nova realidade também tiveram efeitos sobre tais relações. É nesse sentido que podemos compreender a notícia do Padre Nursdorffer de que um grupo de minuanos, tendo sabido que seus aliados portugueses planejavam um ataque à estância da missão de *San Miguel*,



em 1749, tema ao qual voltaremos posteriormente, avisaram aos parentes sobre o perigo iminente.

[Os] minuanos estavam em contato com os portugueses no forte de São Miguel, onde ficaram sabendo de tais intentos e, provavelmente, acertado com os portugueses a sua participação na ação. No entanto, dada a presença de seus parentes em algumas reduções, teriam ido avisá-los da iminência do perigo. Segundo o relato feito pelo padre Nusdorfer, ele usualmente não daria crédito às informações dos minuanos, pois eram "infiéis sem lei". Porém, 'no obstante tienese de experiencia, que tienen algum amor á sus parientes christianos que ay en los Pueblos, y suelen decirles la verdad' (GARCIA, 2007, p. 230⁸).

Dessa maneira, é possível conjecturar que em certas circunstâncias, as afinidades parentais se colocavam acima das identidades étnicas⁹ e, nesse sentido, acompanhar o ajuizamento de Lía Quarleri sobre serem as reduções “lugares de encuentro e intercambio de información y bienes entre individuos de diferentes origen social y étnico”. Conforme a autora, esses intercâmbios “enriquecían la vida misionera y daban certo margen de libertad frente a las reglas apremiantes de la misma” (QUARLERI, 2007, p. 176).

Segundo Guillermo Wilde, os jesuítas, por seu lado, tentavam normatizar as relações entre os “índios missioneiros” e os demais nativos com os quais eles mantinham contato, pois encontros e permutas não deveriam ocorrer sem licença expressa e mediação dos sacerdotes. Segundo o autor, as instruções dos superiores aos missionários eram de que se buscassem manter a paz com tais populações, permitindo-lhes “*ir a la reducción que gustasen*” (apud: WILDE, 2009a, p. 147). Podemos, dessa forma, perceber duas características presentes, ao longo do tempo no espaço missioneiro, que nem sempre foram devidamente consideradas: a heterogeneidade e a interação. O permanente esforço dos jesuítas em obter a conversão dos infiéis fazia com que as portas dos povoados estivessem abertas às novas incorporações, favorecendo a manutenção e reafirmação de alianças tradicionais ou estabelecendo novas.

⁸ Justamente por isso, como recorda Elisa F. Garcia, é um equívoco pensarmos as alianças entabuladas entre indígenas e colonizadores como exclusivas quando, na verdade, elas apresentavam uma natureza “fluida”. Ao estudar particularmente os minuanos, a autora observa que eles manejavam as rivalidades luso-castelhanas. Isto lhes permitia não se colocar em posição subalterna, mas atuar “como aliados úteis dos lusitanos, com os quais compartilhavam um inimigo comum” (GARCIA, 2007, p. 237)

⁹ Também em termos de inimizades a natureza instável das relações interétnicas pode ser percebida. É o caso, por exemplo, narrado pelo Padre Pedro Romero, do ataque de *yaros* a um grupo de vaqueiros guaranis matando 42 deles, (MCA VI, [1636] 1970, p. 308), a que, outro grupo da mesma etnia sai de *Yapeyú* para castigar aos que cometeram o ataque (apud BAPTISTA, 2015, p.188).



De outro lado, o refúgio nas matas e aldeias era uma possibilidade aos guaranis evadidos dos *pueblos*. Especialmente em momentos de crise (períodos de fome ou epidemias, por exemplo), eles podiam se refugiar nos territórios dos grupos infiéis, comportamento que foi acentuado com a expulsão dos jesuítas e entrega das missões a outros administradores. Embora tais deserções tenham sido omitidas da documentação de maior circulação, elas aparecem de forma dispersa, tal como foi estudado por Guillermo Wilde, que encontrou ordens para que fossem castigadas publicamente, especialmente quando envolviam fuga “*con mujer ajena*” (WILDE, 2009a, p, 148).

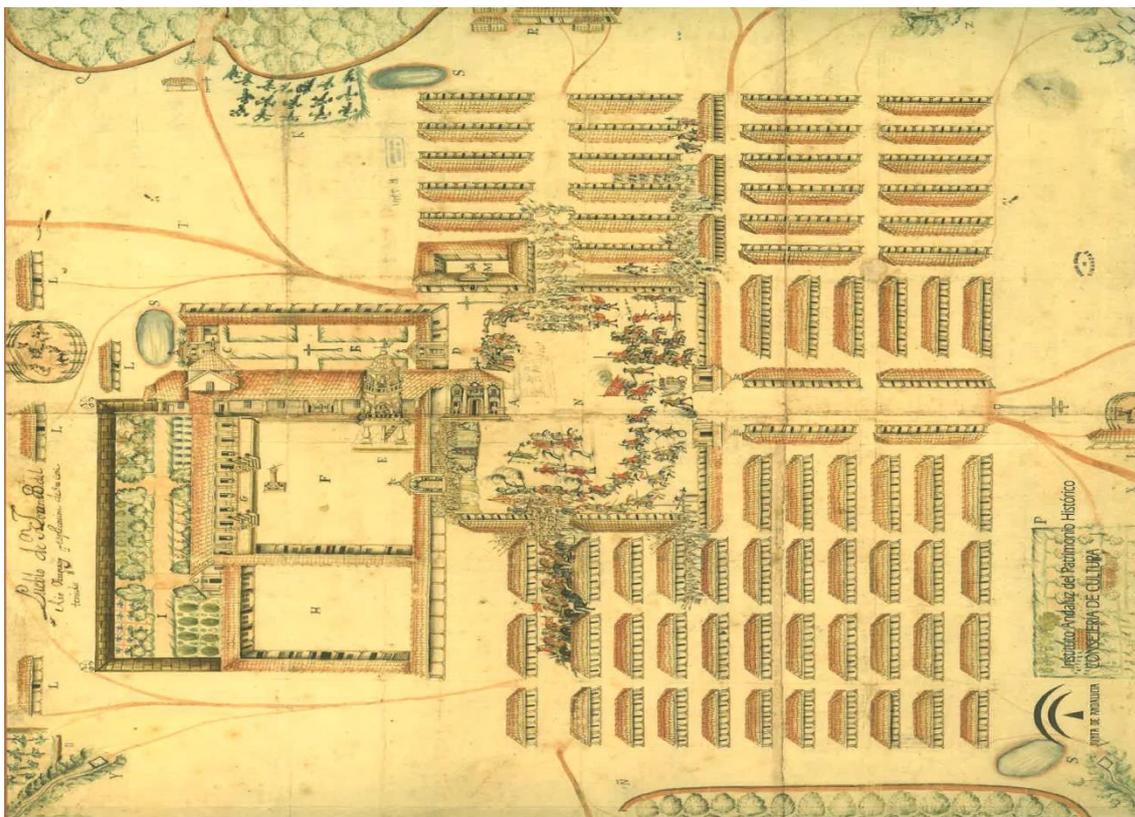
Para o período que mais importa a este trabalho, isto é, o final do século XVII e a primeira metade do século XVIII, ao desertarem, os guaranis missioneiros podiam se integrar, como dissemos, não somente aos grupos de infiéis, mas também à população que se colocava a serviço de estâncias e *obrajes*, inclusive omitindo sua condição, e se passando por “mestiços”. Por vezes, eles se apresentavam como “baqueanos”, isto é, conhecedores dos caminhos, agindo em benefício dos articuladores de práticas de roubo de gado e contrabando.

Queremos assim sugerir que a porosidade das fronteiras entre indígenas reduzidos e não reduzidos era favorecida por atividades que demandavam a circulação dos primeiros pelo espaço regional, como a coleta de erva, o arreo de gado nas *vacarias*, ou o seu manejo nas estâncias¹⁰. Realmente, como já afirmamos, os *pueblos* envolviam territórios que se estendiam além da sua planta urbana, compreendendo campos de cultivo, ervais, estâncias¹¹ e caminhos que as ligavam, tal como se pode verificar na Figura 2. A imagem oferece, inclusive, a reprodução de um curral, embora não permita determinar a distância que tal elemento, bem como os ervais, estavam em relação ao núcleo urbano do povoado.

¹⁰ O aumento demográfico dos povoados implicou a necessidade de exploração de territórios maiores que os tradicionalmente manejados pelos guaranis. Esta situação envolvia saídas para captação de recursos naturais (como madeira, erva-mate, pedras e argila), captura de gado (*vacarias*) e trabalho sistemático em áreas de criação que se desenvolveram como “estâncias” (Ver Figura 3).

¹¹ As estâncias eram áreas de criação de que dispunham os povoados missioneiros, sendo administradas pelo cabildo da missão à qual estavam ligadas. Seus trabalhadores permanentes eram assistidos por um “irmão estancieiro” e visitados periodicamente por um cura. Entretanto, certos sacramentos eram ministrados apenas na própria missão, caso, por exemplo, dos casamentos.

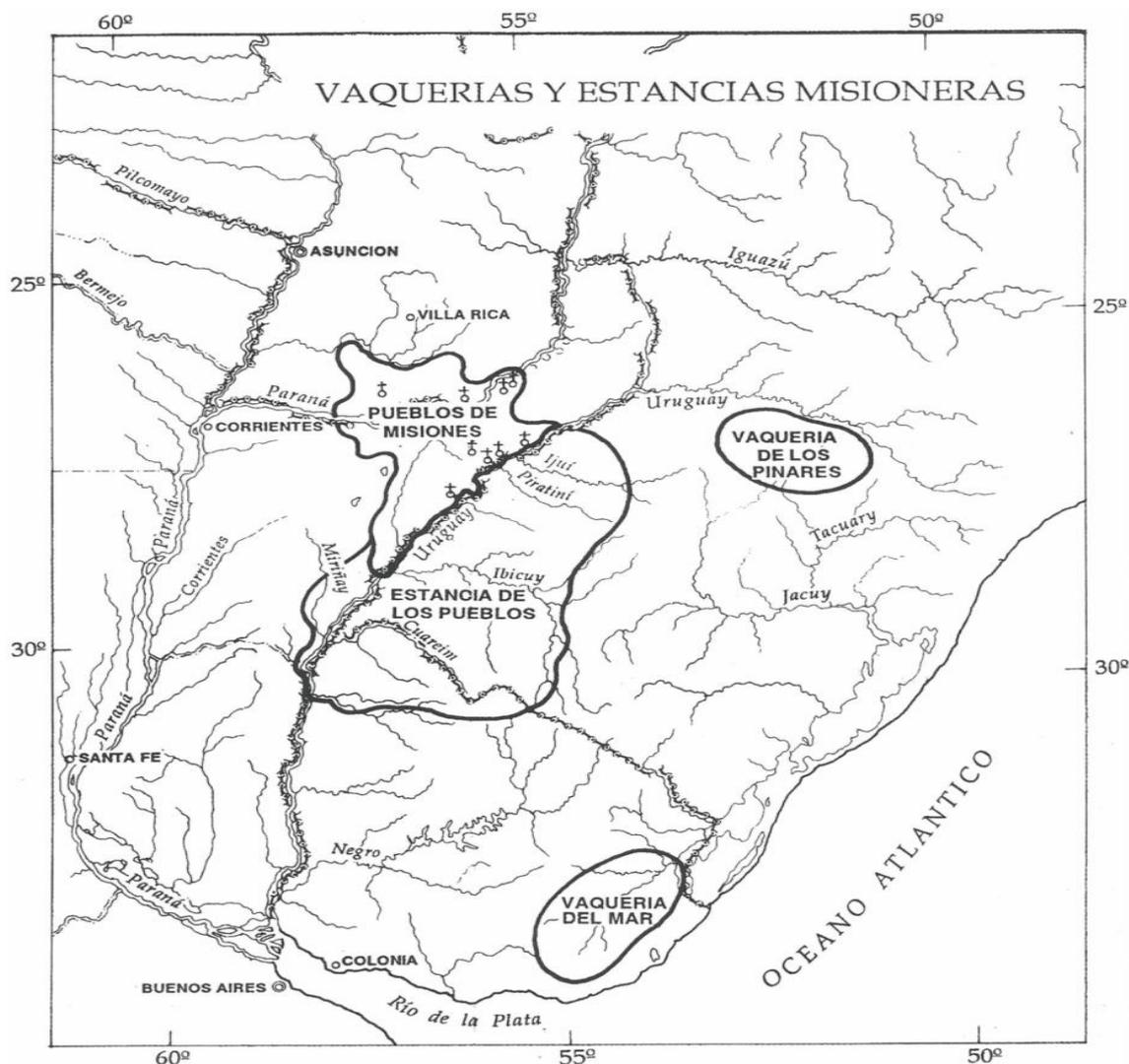


Figura 2 - Plano de *San Juan Bautista*

A missão de San Juan Bautista
 Fonte: Archivo General de Simancas, c. de 1753

A circulação e o trabalho nas áreas rurais oportunizavam o contato e relacionamento entre guaranis missioneiros e “infiéis”. Esse dado é particularmente importante no que se refere às estâncias que se formaram nas amplas extensões de planície estendidas a partir da margem esquerda do rio Uruguai, território tradicional de charruas e minuanos (Ver Figura 3).

Figura 3 - Pueblos, vacarias e estâncias missioneiras



Fonte: MAEDER; GUTIERREZ, 2009, p 24.

Famílias de charruas e guenoas que ingressaram nas missões de forma permanente desenvolveram habilidades ligadas ao trabalho no campo e foram importantes para o progresso das estâncias. Segundo Bracco, “los guenoas minuanos - en tanto nación misioneira – mantuvieron características propias entre las que fue destacada la mayor actividad en las vaquerías y en la guerra” (2016, p. 45). Levinton (2009, p. 107), por seu lado, se refere à atividade “*ganadera*” ao lembrar que *Yapeyú* contava com a presença de charruas.



O permanente intercâmbio entre “o que” e “quem” estava “dentro” e “fora” das missões, sugere uma fluidez que se revela na documentação apenas a partir de um cuidadoso escrutínio. Devemos assim concordar com a imagem formulada por Wilde sobre a “*ambigüidad intrínseca del espacio misional cristiano*” (2009b, p. 85). Os limites étnicos dos povoados parecem ser flexíveis e regulados pelos próprios atores a partir das condições políticas, econômicas e sociais medidas por meio de avaliação das vantagens e desvantagens que adviriam da aceitação da condição de “reduzidos”. Uma faceta dessa fluidez e ambigüidade se revela a partir de algumas características da Missão de *San Borja*.

2. O caso de San Borja: quem é o inimigo?

Um tema instigante no sentido de desconstruir as narrativas oficiais acerca dos povoados missioneiros pode ser encontrado em dissensões e conflitos entre eles próprios. O trabalho de Helenize Serres (2018), por exemplo, evidenciou uma série de pleitos por terra envolvendo as estâncias (Ver figura 3). Como a autora pôde comprovar, doações eram contestadas por povoados que litigavam para reaver territórios ocupados por estâncias de outras missões. O caso de São Borja, cujos habitantes foram acusados de tomar indevidamente gado que não lhes pertencia, igualmente contribui para fissurar a tradicional imagem de pleno solidarismo e harmonia entre os povoados.

A missão de *San Borja* foi fundada em 1690 na Banda Oriental do rio Uruguai. Ela foi constituída por descendentes de índios tapes, parcialidade guaranis do Uruguai, e guenoas catequizados, vindo a ser um dos *pueblos* mais austrais do espaço missioneiro. Sua estância, igualmente localizada no lado esquerdo do mesmo rio (Ver figura 3), se limitava com o território de influência dos charruas, estando também próxima ao estabelecimento português de Rio Grande¹².

¹² O núcleo inicial da “Colônia do Rio Grande de São Pedro” foi uma pequena fortificação instituída pelos portugueses em 1737. Sob a advocação de *Jesus, Maria, José*, ela foi assentada na margem direita da barra do rio Grande (atual Lagoa dos Patos).



Sua proximidade quanto a essas duas frentes (de um lado a dos lusitanos, de outro, a dos charruas), pode ajudar a compreender algumas particularidades da missão. Um dos motivos da intriga dos demais *pueblos* para com os borgistas provavelmente se dava pelo fato de que em *San Borja* havia um frequente acesso de outros grupos indígenas que circulavam por ali, principalmente em razão de tradicionais relações de parentesco e interesses comuns. Uma carta datada de 1708 e redijida pelo Padre Salvador de Rojas para o Provincial informa sobre o trânsito de “infiéis na missão”, que “cebados ya estos crudelísimos bárbaros, amigos solapados, que al mismo tiempo entraban, y salian y comerciaban en San Borja; fiados en lo que publicaban, que no ellos, sino sus enemigos los Yaros y Mbohas eran, los que cometian estas hostilidades” (MCA IV, [1708] 1970, p. 238).

Um documento posterior insinua haver um histórico de divergências com os borgistas. Nele, o Padre NUSDORFFER, discorrendo sobre o plano de mudança dos “Sete Povos Orientais”, sugere que eles eram vistos como pouco confiáveis pela gente dos outros povoados. Assim, os *pueblos* de *Yapeyú* e *San Miguel* manifestam não querer os borgistas como vizinhos, nem próximos de sua estância:

Quando supo el Cura de S.ⁿ Miguel q los Borgistas querian mudarse al Queguay me escribio protestando contra tales vecinos, lo mismo me escribo el del Yapeyu, porque ninguno gustaba de tenerlos por vecinos por fugitivos y por hacer ellos contínuos daños en la estancia de Yapeyu y [...] temian se pusiessen cerca de sus ganados. [...] (MCA III, [1750] 1969, p. 146).

A dificuldade dos religiosos em controlar as entradas e saídas, bem como os intercâmbios entre reduzidos e infiéis, eram mais evidentes nos espaços que definimos anteriormente como “não urbanos”, caso das “estâncias missionárias”. As áreas rurais permitiram aos indígenas que nelas trabalhavam mais liberdade de movimento e, nesse sentido, de contato com os não reduzidos.

De outra parte, embora os mapas jesuíticos tenham delineado (Ver figura 1) “como ‘seu território’ áreas sobre as quais eles não tinham direitos exclusivos” (BAPTISTA, 2015, p.182), tal espaço foi campo de disputa e tensão entre os diferentes grupos étnicos que as frequentavam. Um mapa de 1749, atribuído ao jesuíta José Quiroga



(Ver Figura 4), oferece uma perspectiva bastante rica a esse respeito, indicando os grupos étnicos que ocupavam o espaço em direção ao qual se estenderam as áreas de criação de gado. Para os charruas, por exemplo, as estâncias da Banda Oriental representavam um poderoso foco de atração ao concentrarem grandes reservas de gado vacum e cavalari. Também o interesse dos minuanos e dos portugueses de Sacramento sobre o gado se confrontava com o dos jesuítas. Cartas e Pareceres de membros da Companhia, junto a Informes das autoridades espanholas sobre ações para conter assaltos às estâncias, permitem que analisemos esse tema.

Figura 4 – Mapa de 1749, atribuído a José Quiroga



Fonte: MAEDER; GUTIERREZ, 2009. p. 40

3. A “guerra” de 1701: “*No querian convertirse sino pelear*”

Como dissemos, os guaranis missioneiros não deixaram de manter relações de parentesco e troca com outros grupos. Porém, paralelamente às inimizades históricas que igualmente podiam assomar, a situação colonial também engendrou novas formas de hostilidades entre eles. Como afirmou Jean Baptista, “para além da tradição, [...] o contexto se impõe. O panorama dos povoados obriga[va] a novas perspectivas sobre a acepção e o trato com os inimigos, assim como inspira[va] um conjunto de tensas remodelações envolvendo a diversidade étnica” (2015, p. 180). Desse modo, os conflitos sobre os quais passaremos a discorrer não foram mero prolongamento de rivalidades anteriores, mas traduziam a introdução de questões dizendo respeito à situação colonial.

O valor adquirido pelo gado, e em especial os cavalos, para os grupos indígenas, foi um dos propulsores de conflitos. Conforme lemos em carta enviada ao Provincial Salvador de Rojas, datada em 1708, sobre o estado geral das doutrinas do Uruguai, os vaqueiros missioneiros eram constantemente atacados. Seu relato sobre o ocorrido com um grupo de trabalhadores da estância de *La Cruz* reitera que os caminhos eram áreas de trânsito e encontros de todo tipo:

[...] juntandose todos, ò los mas de ellos, acometieron à los ultimos vaqueros, que fueron los de la Cruz, que [...] hallaban toda via en la Vaqueria con dos lucidísimas tropas de [...] cabezas, y dieron en cuatro filas sobre la ultima, de que mataron à lanzadas y flechazos à ocho Yndios, y entre ellos al Capataz de todos. Los demas, no teniendo modo de defenderse, [...] caminando de dia siempre por lo oculto de ella, y de noche por la campaña, se refugiaron en Santo Domingo Soriano [...], hasta que les fué escolta de gente armada, a cuyo abrigo se volvieron, dexando [...] perdido todo su trabajo (MCA IV, [1708] 1970, p. 238).

O autor cita ainda na mesma carta outros conflitos, descrevendo o saque de gado e o incêndio em ranchos do povoado de *Yapeyú*: “cuatrocientas Yeguas mansas, y numero de Caballos. Y poco despues volvieron, y se llebaron otras dos mil Yeguas de la cria. Y todo el resto de la hacienda de aquel Pueblo, y de los vecinos quedaba expuesto al mismo riesgo” (MCA IV, [1708] 1970, p. 239). Explicitamente, nomeiam-se ofensivas às missões de *La Cruz* e *Yapeyú* (Ver figura 3), mas fica subentendido que elas envolveram outras



estâncias, também localizadas na margem oriental do rio Uruguai. De maneira geral, os conflitos parecem provavelmente traduzir a compreensão por parte dos “infiéis”, de que tinham direitos sobre o território e sobre o gado que os jesuítas reclamavam como “missioneiro”. Efetivamente, a própria cartografia jesuítica, como um conhecido mapa datado de 1749 e atribuído ao Padre José Quiroga, ajuda a revelar o “compartilhamento do território” (Ver figura 3). Ali podemos encontrar nomeadas populações que indicam a diversidade étnica da região em meados do século XVIII, inclusive na área que outro mapa, ao qual já nos referimos, elaborado pelo José Cardiel (Ver figura 1), assinala como “missioneira”.

Um episódio do início daquele século (1701-1702) envolvendo a estância da missão *Yapeyú* é bastante revelador em relação a tal argumento. Chamada *San Jose*, ela estava assentada em área de trânsito de grupos não reduzidos, sendo a maior e mais povoada entre todas as estâncias. O ataque de 1701, a tomada da estância por meses, o sequestro e a destruição de animais então ocorridos trouxeram consequências de larga escala. A gravidade do evento foi tamanha, que ele aparece às vezes denominado como “guerra”. Realmente, em vista do ocorrido, os padres chegaram a solicitar autorização para promover uma “guerra defensiva” contra os invasores¹³, justificada mediante os ataques. O número de “infiéis” envolvidos no assalto varia levemente nos documentos. O Padre Bernardo de la Vega se refere a “hasta setecientos índios armados y con caballos muchos”,¹⁴ enquanto Gerónimo Delfin diz que “seiscentos armados apoderaronse da estancia”¹⁵. Por sua vez, Francisco de Avendaño se refere a 700 homens em armas e mais de 1000 de “chusma”¹⁶.

¹³ Parecer de los Padres del Uruguay y Parana en el q manifiestan q es muy justo y licito el q se haga la guerra à la naciones de yndios coligados, Julio y Agostº del 1701. AGN, Buenos Aires. Compañia de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

¹⁴ Parecer del Padre Bernardo de la Vega, San Carlos, 1701. Compañia de Jesús (1676 – 1702). Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

¹⁵ Parecer del Padre Gerónimo Delfin, Loreto, 1701. AGN, Buenos Aires. Compañia de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

¹⁶ Parecer del Padre Francisco de Avendaño, San Luís, 1701. Compañia de Jesús (1676 – 1702). Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.



Um Informe ao Superior do rio Uruguai, Juan Bautista Zea, datado de agosto de 1701, registra que os agressores levaram da estância armas, gado e toda a “*cavallada*”. O sequestro da estância colocava em risco o povoado de *Yapeyú*¹⁷:

[...] la ofenciba que los infieles nos hacen [...] y hav.^{do} estado mu.^{os} meses [...] continuan sin hacer remedio de salir de [...] la estancia; y por consig.^{te} el pueblo, que depende de la estancia, ante balido de las armas p.^a mantenerse en ella y [...] a cometiendo a traicion a los que fueron a defender la estancia, mattar.ⁿ firieron y hizieron todo el mal y daño que pudieron, llevaron la cavallada y todos los despojos y armas [...] asi amenazando que an de destruir los pueblos de Yapeyu y La Cruz, que se an de bengar de q.^{tas} valzas y gente q encontraren de estas misiones¹⁸.

Outro relato traz a perspectiva de Lucas, “*capitán y cabo*”, que compunha um grupo de 8 guaranis missioneiros enviados de canoa a Buenos Aires – “*cerca del final del invierno de 1701*”¹⁹ –, para noticiar o ocorrido. No documento endereçado ao governador Prado Maldonado, ele declarou que em junho daquele ano, chegaram à estância cerca de 300 índios “bohanes, matidanes, minuanes e yaros”. Junto às suas mulheres e aos seus filhos, permaneceram ali, em paz, durante alguns dias. Os padres, afirma o guarani, presentearam os “*infiéis*” com erva e tabaco e pediram que se retirassem. Porém, a postura dos “*visitantes*”, foi permanecer e pilhar o rebanho (de mais de 20 mil cabeças). Tornados “*invasores*”, eles afirmavam ter direitos sobre aquela área:

[...] cada res que mataban [...] cogían un pedacito de carne [...] y la restante la dejaban quedando la res entera, matando al día veinte y cinco y más reses. (...)

¹⁷ A expressão “que an de destruir los pueblos de Yapeyu y La Cruz, que se an de bengar de q. ^{tas} valzas y gente encontraren de estas misiones” parece apoiar a reflexão de Baptista (2015) sobre a permanência de uma “ética” de guerra entre os nativos ao longo do período colonial.

¹⁸ Informe de la situación de la estancia del Yapeyú. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1676 – 1702). Leg. 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

¹⁹ Nossa utilização deste documento se faz por meio da obra de Diego Bracco (2004), que analisa os acontecimentos de 1701-1702 dentro de um arco maior, ao discutir as relações entre as sociedades coloniais ibéricas, guaranis e grupos nômades desta área. O autor sugere que a declaração reflete a perspectiva dos jesuítas como parte de uma “campanha” para o convencimento das autoridades em fazer uma guerra aos índios nômades. Por seu lado, as autoridades coloniais procuravam evitar a guerra com os charruas, com os quais pretendiam manter boas relações. Bracco esclarece que “Lucas debía contar con toda la confianza de los padres, tanto por su habilidad para burlar los enemigos que acechaban su desplazamiento fluvial, como para reflejar fielmente la perspectiva jesuítica frente a las autoridades de Buenos Aires” (2004, p. 207). Em obra de 2004, este autor discute a hipótese de os jesuítas, diante dos distúrbios causados pelo “*infiéis*”, especialmente na área das estâncias, pressionarem as autoridades coloniais para promover a eliminação física destes indígenas.



Los infieles le respondieron que ellos no se habían de ir [...] porque aquellas tierras eran suyas y no del padre ni de sus indios y que comenzaron a darle de empellones al padre, haciendo muchas amenazas (apud BRACCO, 2004, p. 207)²⁰.

A tentativa do Padre Pablo Restibo de convencê-los a ingressar em uma redução obteve como resposta que “*no querian convertirse sino pelear*” (apud BRACCO, 2004, p. 207). A narração de Lucas se refere a um combate de 200 índios missioneiros contra os inimigos, resultando em cerca de 20 mortes para cada lado. A gente da estância buscou então refúgio na sede da missão, enquanto outro padre organizou nova investida para tentar expulsá-los. O Padre foi derrotado e os invasores incendiaram a igreja (apud BRACCO, 2004, p. 207).

Ao lado de tais documentos, o evento pode também ser observado a partir de um conjunto de pareceres solicitados pelos Superiores Matheo Sanchez e Juan Baptista, das Missões do Paraná e do Uruguai, respectivamente, aos P^{es}. Andrian Gonzales, Bernardo de la Vega e Gerónimo Delfim, pedindo-lhes um pronunciamento sobre a necessidade de mover uma guerra contra os agressores. Trazendo argumentos bastante homogêneos sobre as ações a serem conduzidas, bem como os elementos que poderiam justificá-las, os documentos ajudam a compreender a perspectiva dos jesuítas sobre o panorama das relações interétnicas e os grupos com os quais disputavam tal espaço.

Assim é que o Parecer de Andrian Gonzáles sustenta a legitimidade de um castigo aos grupos nômades, uma vez que eles invadiram “*cosa ajena*”. Além do prejuízo material e das mortes transcorridas, a agressão envolvera a profanação da igreja e de imagens sacras:

Lo primero porque dichos indios infieles [...] son injustos invasores de cosa ajena, y [...] se apoderaron de la estancia llamada S Joseph y de sus ganados [...] y ademas sus intentos siempre fueron de invadir los demás Pueblos. [...] al P(e) Pablo Cano que iba a hablarles de paz le mataron quarentta y dos hombres, y le hirieron mas de quarentta. Al P^e Bariloche Ximenez que así mismo iba hablarles de paz le acometieron y mataron setenta y dos hombres le hirieron muchos mas, y le hurtaron mas de dois mil caballos. [...]

²⁰ No depoimento consta que os infieis estavam vestidos com roupas que possivelmente provinham dos portugueses. De acordo com Bracco (2004), outras mencionam que os lusos alcançavam inclusive armas, aos infieis, situações que evidenciam o quanto a presença e os interesses lusos na área haviam complexificado o quadro das relações interétnicas.



[...] invasores y sacrilegos profanadores de las cosas sagradas, pues quemaron la iglesia de S Josep a lanzaron o flecharon las imagenes de la Santi^a Virgen y de S Ign^o aguje[aron] la patena se vistieron el alba, y la estola, por todas las quales razones se les debe hazer guerra pues sera solo defensiva y aun obligatoria en conciencia.²¹

Os argumentos levantados por esse e pelos demais pareceres reforçam nossa ideia de essas áreas serem espaços de circulação de diversos grupos. Dado importante é que os documentos revelam a presença, entre os invasores, de apóstatas e feiticeiros: “dichos yndios Yaros, Matidanes, etc, son acogida de cristianos apóstatas, índios y españoles y porque se usa entre ellos hechicerías y pactos con el demonio con grande escandalo de toda da Cristiandad circunvecina” (apud BRACCO, 2004, p. 201). Outro depoimento se refere a uma “junta de hechicerías, de latrocínios y um refugio de malhechores índios cristianos y aun españoles”²². Os “infiéis” abrigariam, portanto, evadidos da sociedade colonial. Assim, o texto recorda com horror que muitos índios cristãos fugiam “a vivir como infieles apostatando desta fee, demas desto hechizeros y malhechores y receptaculo de españoles fugitivos”²³.

Bernardo de la Vega descreve ações de intimidação e até de humilhação realizadas contra os sacerdotes que procuravam demover os atacantes. Um deles, o Padre Andres Egidiano, teria sido “maltratado”, embora o documento não revele o que aconteceu. Já do Padre Cano, tomaram e destruíram o altar portátil, além de vestirem suas roupas como forma de escárnio.

[...] por las [...] recientes invasiones que dichos indios [...] han hecho recientemente a los pueblos christianos [...]matando mucha cantidad de ganado y aver maltratado el el P^e Andres Egidiano [...] y [...] acometieron al P^e Pablo Cano [...] le mataron quarenta y dos hombres, y le hirieron otros muchos, le quebraron el altar portatil y se vistieron las vestiduras quemaron la yglesia de S Joseph y la patena por un agujero que la hisieron la colgaron del caballo [...] todos los quales juzgo ser motivos p^a dicha guerra sin mas tardanza [...] por

²¹Parecer del Padre Andrian Gonzales, *Concepción*, julio 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

²²Parecer del Padre Francisco de Avedaño, *San Luis*, 1701 apud BRACCO, 2004, p. 201. AGN, Buenos Aires, exp. 1, fs. 91, IX 41-1-3.

²³Parecer del Padre Andrian Gonzáles, *Concepción*, julio 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.



puebras judiciales [...] quando el enemigo acomete, pues la noticia simple del acometim¹⁰ basta p^a salir a la defensa ²⁴.

Os argumentos levantados contra aqueles que os jesuítas vêem como “invasores” se organizavam em dois campos. Sob o aspecto material, eles chamavam a atenção ao perigo de desorganizar a produção e o abastecimento dos povoados missioneiros²⁵. Não menos ameaçadores eram ainda os possíveis ataques às cidades, o bloqueio da navegação pelos rios Uruguai e Paraná e a paralisação do comércio, em especial do algodão e erva mate. Estes vinham a ser motivos para uma justificada guerra contra os “infíéis”, uma vez que todos os esforços de conversão haviam fracassado²⁶. No campo do simbólico, acusavam a recusa à fé, o ataque às imagens e objetos sagrados e a presença de apóstatas e feiticeiros²⁷.

Portanto, as justificativas para sustentar a guerra contra as “coligações de infíéis” mobilizavam argumentos que acabam por relativizar as narrativas jesuíticas acerca do “espaço missioneiro”, revelando que, em especial em seu perímetro não urbano²⁸, ele vinha na verdade a ser área de circulação e ambiguidade. Efetivamente, esse evento

²⁴ Parecer del Padre Bernardo de la Vega, S. Carlos, 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

²⁵ “Estan apoderados de las vaquerias propias destes veinte y ocho pueblos de christianos que son su unico sustento”. Parecer del Padre Andrian Gonzáles, *Concepción*, julio 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

²⁶ “Dichos indios [...] tienen quitado el [...] Comercio de las ciudades de los españoles entre si y de los veinte y ocho pueblos de indios christianos entre si y con las dichas ciudades de los españoles por cuanto [...] estan apoderados de los dos rios Uruguai y Parana por donde se comercia y portanto justam.te y con justa fuerza de guerra se deben hechar dichos índios”. Parecer del Padre Andrian Gonzáles, *Concepción*, julio 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4. Andrian Gonzáles, Bernardo de la Vega e Gerónimo Delfin se valem de argumentos muito parecidos sobre a necessidade de castigar os atacantes, evitar os prejuízos para o comércio e para as cidades, além das estâncias. Ver: Parecer de los Padres del Uruguay y Parana en el q manifiestan q es muy justo y licito el q se haga la guerra à la naciones de yndios coligados, Julio y Agost^o del 1701. AGN, Buenos Aires. Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

²⁷ “[...] por las [...] recientes invasiones que [...] han hecho recientemente a los pueblos christianos vasallos de su Magd [...] aver maltratado el el Pe Andres Egidiano que les iba hablar de paz y averle dicho a voces [sic] el mal intento que tenian de destruir los pueblos christianos y no contentos con esto pocos dias despues acometieron al Pe Pablo Cano y [...] le quebraron el altar portatil y se vistieron las vestiduras quemaron la yglesia de S Joseph y la patena por un agujero que la hisieron la colgaron del caballo [...]. Parecer del Padre Bernardo de la Vega, S. Carlos, 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

²⁸ Isto é, como já afirmamos anteriormente, para além daqueles espaços que convencionalmente associamos às reduções jesuítica, inclusive em termos de representações imagéticas (Ver figura 2).



permite ver que ao iniciar o século XVIII, “a missão por redução” (MELIÁ, 1988) ainda enfrentava grupos hostis. Estes, por sua vez, eram potenciais aliados dos portugueses e seus interesses na área.

4. O inimigo pode ser o vizinho: espanhóis renegados e portugueses de Sacramento

Como buscamos evidenciar até o momento, o panorama de interações entre os grupos indígenas da região era bastante complexo e instável. Encontramos nele relações de parentesco, troca e convivência, assim como inimizades e agressões. Todavia, as ameaças ao bom funcionamento dos *pueblos misioneros* provinham também de outros atores sociais, tais como os “espanhóis fugitivos” que ameaçavam especialmente as estâncias com roubo do gado. Os Pareceres de 1701, em meio às queixas dos padres sobre o ataque à *San Jose*, se referem a isso:

[...] españoles fugitivos [...] viven como gentiles por todo lo q^e siento que toda a guerra a dichos indios jaros mbojas y mbatidas y demas coligados es licita y debe hazerse y lo juro in verbo sacerdotis [...] y lo firme de mi nombre en este pueblo de S Carlos a tres de Ag^o de mil setecientos y uno. Bernardo de la Vega²⁹.

Uma ordem expedida em 1735 por parte do Governador de Buenos Aires, D. Miguel de Salzedo, buscava lidar com tal problema, proibindo os “espanhóis” de vagarem pela campanha e se fixarem nas estâncias missioneiras. O Governador relatou que havia a notícia de muitos deles perambularem como ladrões pela área e de que sua presença “inquietava as estâncias”:

Y siendo en grave detrimento del servicio del Rey [...] que à semejante Gente se le admita ni abrigo en ninguna de las estancias, como tambien perjudicial à la quietud y reposo de los Yndios, en virtud de la presente Ordeno y mando a los Correjidores, Alcaldes y otras Justicias de los dhos Pueblos, no les den abrigo, ni resivan a ningun Español que no fuere con permissio suficiente para transitar por ellos, y [...] los prendan [...] y rruego al R. P. Superior de las Doctrinas para que haga sacar copias autorizadas de este mandamento y se distribuyan a todos los Pueblos afin de que observen puntualmente las dhas justizias [...] en Buenos Ayres a Diez y siete de Agosto de mil setecientos y

²⁹ Parecer de los Padres del Uruguay y Parana en el q manifiestan q es muy justo y licito el q se haga la guerra à la naciones de yndios coligados, Julio y Agost^o del 1701. AGN, Buenos Aires. Compañia de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.



treyn y cinco años. D. Miguel de Salzedo (MCA V, [1735] 1954, p. 255-256).

Dessa maneira, os *hispano-criollos* também foram responsáveis por problemas internos ao sistema missioneiro, mesmo que naquele contexto estivessem, ao menos em teoria, no mesmo campo de ação dos jesuítas, respondendo ao mesmo rei e autoridades. Tais situações, juntamente à variada gama de posições assumidas pelos agentes sociais em tela, evidenciam a complexidade e, por vezes, a ambiguidade observável no “espaço missioneiro”. Contudo, desde o final do século XVII, o cenário apresenta ainda outros atores.

Efetivamente, os *pueblos* missioneiros avançaram, como vimos, a área de ocupação de suas estâncias para a *Banda Oriental*. Nessa região, eles se encontraram com outra frente de expansão, a lusitana, cujo centro era a Colônia de Sacramento, na margem oriental da desembocadura do Rio da Prata. Em mais de um momento, nas páginas precedentes, os portugueses dessa praça aparecem como atores sociais a serem considerados no desenvolvimento da história relativa às missões. Dessa maneira, a breve reflexão com a qual encerramos o artigo pretende apenas reforçar tal dado.

A constatação da importância dessa presença se faz mais clara se considerarmos que o raio da ação da Colônia se ampliava por meio de alianças com grupos indígenas na área. Sabemos que a partir de uma perspectiva dos estados ibéricos, “a obtenção de alianças com os índios era uma parte fundamental na sua política expansionista, alianças que eram ainda mais importantes nas regiões fronteiriças, onde os estados disputavam entre si territórios e vassalos” (GARCIA, 2007, p. 216). Entretanto, se as autoridades souberam tirar proveito das rivalidades entre as sociedades indígenas para alcançarem seus propósitos, ao que concluem importantes estudos (ALMEIDA, 2003; GARCIA, 2007), estas também buscaram manejar as diferenças entre os impérios coloniais de acordo com o que pretendiam e podiam fazer.

Os acontecimentos que se referem à invasão na estância de *San Jose* em 1701-1702 nos permitem vislumbrar como esses territórios haviam se tornado palco de disputa e de ação de indígenas “infiéis” e missioneiros, “espanhóis” e “portugueses”. O trabalho



de Bracco (2004), tendo como norte a ação de charruas, guenoas e guaranis, estuda os laços que se constituíram na região entre esses grupos e os colonizadores. Em relação aos infieis, Bracco elucida que “a su vez procuraron valerse de los conflictos entre los poderes coloniales para la búsqueda de sus objetivos. Y que, así como la política de las sociedades coloniales registró variaciones y disensiones internas, también ello ocurrió entre los nómadas” (2004, p.210). No caso em pauta, ligamos essas variações internas não apenas aos infieis, mas também aos indígenas missioneiros em relação às sociedades coloniais.

Assim, buscamos entender as interações e desavenças que ocorreram entre indígenas missioneiros, jesuítas e vizinhos lusitanos envolvendo especialmente as estâncias missioneiras. Sobre tal área, Lía Quarleri destaca sua situação “fronteiriça”:

Entre 1682 y 1707, los jesuítas del Paraguay repoblaron, con siete doctrinas guaraníes, el territorio que se extiende entre los ríos Ibicuy e Ijuí, en el actual estado brasileiro de Río Grande do Sul. Luego, la base territorial de las misiones orientales se extendió, con estancias y yerbales hasta el río Negro al sur, en el limite de la “banda de los charrúas”, y el río Uruguay, en su vuelta al norte. Lindantes con los portugueses al noroeste y con grupos de “índios infieles” al sur, las misiones orientales crecieron bajo múltiples presiones, enfrentamientos bélicos y conflictos (QUARLERI, 2005, p. 46).

A expansão do gado e das estâncias em direção às áreas de influência dos charruas na margem esquerda do rio Uruguai (Ver figuras 3 e 4) teve portanto consequências ambivalentes. Elas podem ter por vezes assumido um tom de provocação para os charruas, principalmente se ainda considerarmos as relações que estes últimos mantinham com os povoadores de Sacramento (QUARLERI, 2007, p. 178).

Com o fim de defender os interesses comerciais e territoriais da Coroa portuguesa no Rio da Prata, a praça de guerra “era concebida como un despropósito, puesto que no se trataba de una población fronteriza, sino de una inserción en los territorios de las jurisdicciones españolas del Plata” (QUARLERI, 2009, p. 96). Ainda segundo Quarleri, “para los portugueses el territorio “bloqueado” por las misiones era, por un lado, la principal vía de acceso a las minas de Potosí, a las riquezas ganaderas de la Banda Oriental y la Puerto de Buenos Aires y, por otro lado, el reducto imaginario de minas de oro y plata” (QUARLERI, 2007, p. 178).



Os rebanhos de gado das estâncias foram alvo de atenção dos vizinhos portugueses para o abastecimento da cidadela. No mesmo ano da fundação de Sacramento, ela foi atacada pelo governo de Buenos Aires com o apoio de milícias guaranis. Logo depois, houve a restituição do território aos portugueses com o Tratado Provisional, em 1681. Essa situação deu início a um período de disputas envolvendo o gado selvagem, assim como ao interesse pelos rebanhos manuseados nas estâncias.

Nos Pareceres já referidos, ligados aos eventos de 1701 e 1702, nos deparamos com as inquietações dos jesuítas quanto aos luso-brasileiros e às alianças entre eles e os indígenas. Em meio aos argumentos apresentados para justificar as ações contra os “infiéis”, havia a indicação da participação dos portugueses como coligados a eles:

Lo sexto porque tienen hecha coligacion dichos indios mbojas yaros mbatidas y demas coligados con los portugueses dela ciudadela p^a dar sobre estos pueblos por lo q.¹ es obligatoria la guerra p.^a evitar daño de tanta consecuencia, llegase a todas estas razones que los PP de la Comp.^a de Jesus por mas de quarenta años han trabajado sin fruto p.^a convertir a dichos indios mbojas yaros mbandas, han gastado con ellos mas de quarenta mill pesos p^a atraerlos con dadibas y hagajaso a la fee catholica y todo ha sido en vano; por todas las quales razones siento que que [sic] se debe hazer dicha guerra, [...] lo firme en el pueblo de la Concepcion a veinte y seis dias del mes de julio de mil setecientos y uno. Andrian Gonzales³⁰.

Encontramos nesses documentos acusações sobre a ajuda que os portugueses estavam dando aos infiéis, trocando cavalos por armas e roupas e sinalizando que eles estavam por trás das invasões e saques: “con ayuda de los portugueses sus coligados de quienes avian recibido armas y ropa en precio de caballos”³¹. É possível que os portugueses estivessem incentivando e mesmo apoiando com recursos os ditos “infiéis”. Segundo Magnus Mörner, “los portugueses se daban cuenta de que los siete pueblos sureños de los jesuítas españoles, con sus vastas estancias constituían la principal amenaza contra el flanco del avance lusitano hacia el Río de la Plata” ([1968] 1985, p. 124). Já Eduardo Neumann afirma que a ação desses grupos indígenas “foi potencializada a

³⁰ Parecer del Padre Andrian Gonzáles, *Concepción*, julio 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

³¹ Parecer del Padre Bernardo de la Vega, *S. Carlos*, 1701. AGN, Buenos Aires, Compañía de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.



partir de provocações dos portugueses residentes em Sacramento, estimulando-os a hostilizar as terras dos guaranis, roubando cavalos, promovendo mortes e toda sorte de confusões” (2000, p. 80). Entretanto, como vimos anteriormente, um grupo de minuanos, em contato com os povoadores de Sacramento, ao saber que se organizava um ataque à estância da missão de San Miguel em 1749, avisou aos parentes que viviam como índios missioneiros.

Além da documentação jesuítica, deparamo-nos com reclamações realizadas pelas autoridades espanholas em relação ao roubo de gado e às hostilidades praticadas nas estâncias por parte dos portugueses. Domingo Ortiz de Rosas, Governador do Rio da Prata, ao mencionar em 1743 os invasores das estâncias do rio Uruguai, refere-se aos portugueses, além de índios, mulatos e “foragidos” espanhóis.

Porq to el protector de los Naturales de estas Provincias preparen los yndios de los pueblos de la costa do Rio Uruguay me hà hecho relación de algunos robos de ganados vacunos, y cavallares, que de las estancias de los pueblos hán hecho en diferentes ocasiones algunos hombres foragidos españoles, yndios, y mulatos, y portugueses de la parte do Rio Grande de San Pedro, matando, maltratando à los Estancieros, pidiéndome las Ordenes que conviane para [?] á tales danôs, mayormente p. que do Rio Grande salía tropa de gente de à cavallo, cujo destino se ignora, rezertandose intenten hostilizar, y robar dichas Estancias.³²

Dessa maneira, “a realidade missioneira oriental impunha uma rotina de constante estado de alerta diante das investidas dos “lusitanos”, obrigando os jesuítas a “instrumentalizarem melhor os índios das milícias contra seus potenciais rivais” (NEUMANN, 2000, p. 75).

Mas essa questão se relacionava a outra igualmente sensível. Conforme Baptista, “no interior dos povoados representou-se a participação dos nativos no combate contra portugueses muito mais como uma luta espiritual do que propriamente uma preocupação fronteiriça” (2015b, p. 195). A memória dos combates contra os “paulistas” que assolaram as reduções do Guairá em seus anos iniciais era acionada de forma a manter viva a hostilidade aos lusos. Porém, essa visão em relação aos portugueses, ao longo do tempo,

³² Comunicado de Don Domingo Ortiz de Rosas Cavallero, Marechal de Campo de los Exercitos, Gov. e Capp Gral de las Prov. Del Rio de la Plata, Buenos Aires, 1743. AGN, Buenos Aires. Companhia de Jesús (1735 - 1745). Legajo 5 [412]. Sala IX 6-9-7.



não deixou de sofrer variações. Como demonstrou Garcia (2007), a experiência advinda do contato com os colonizadores trouxe para a população indígena a possibilidade de manejar, em alguns casos, as disputas entre portugueses e espanhóis. Com isso, os interesses e as alianças não estavam apenas nas mãos dos europeus, mas também dependiam dos indígenas que apresentavam suas próprias demandas. Nesse sentido, podemos perceber que havia um receio dos jesuítas de impedir que seus aliados indígenas, ou mesmo seus inimigos, ou seja, os “infiéis”, encontrassem maiores vantagens em consórcios com os rivais europeus.

O relacionamento entre portugueses e aliados nativos variou “de acordo com os diferentes contextos históricos e dos interesses em jogo. Da mesma forma, o reconhecimento da existência das alianças não significa que elas fossem estáveis, nem por parte dos índios, nem por parte dos portugueses” (GARCIA, 2007, p. 219). Sugerimos aqui que essa realidade possa ser estendida a outras situações envolvendo, por exemplo, trocas de bens entre os indígenas missioneiros e os lusitanos. Como esclarece Lía Quarleri, durante os enfrentamentos que se sucederam com os moradores da Colônia, “algunos guaraníes aprovecharon a escondidas la oportunidad para trocar bienes e información con los asediados” (2009, p. 100).

Portanto, é preciso reconhecer “que los ámbitos misionales del Paraguay, lejos de haber sido zonas cerradas desde un punto de vista político, económico, cultural y lingüístico, constituyeron espacios ambiguos y permeables de interacción y heterogeneidad sociocultural” (WILDE, 2009a, p. 159). Justamente por isso, a historiografia atual está reconstruindo uma visão menos idealizada do que foi a vida em redução de forma a lhe restituir a complexidade e o dinamismo que narrativas anteriores haviam obliterado. De tal esforço de reinterpretação ao qual nos associamos emergem *pueblos* que conheceram diversidades socioculturais e mantiveram relações de aliança e reciprocidade com o espaço exterior, bem como de divergência e conflito. Da mesma forma, nas novas narrativas as missões assomam como uma experiência cuja valoração não remete diretamente ao elogio ou à crítica do método e da ação da Companhia de Jesus na antiga Província do Paraguai, mas a uma dinâmica que as insere na história das sociedades coloniais do Novo Mundo.



Referências Bibliográficas

Fontes:

CARDIEL, José. *Las misiones del Paraguay*. Edición de Héctor Sáinz Ollero. Madri: Dastin, [1771] 2002.

CARTA Y RELACIÓN de las Misiones de la Provincia del Paraguay (1747). In: Furlong, Guillermo. *José Cardiel y su Carta Relación*. Buenos Aires: Librería del Plata, 1953.

CARTAS ÂNUAS de la Província Jesuítica del Paraguay 1632 a 1634. Ed. de Ernesto J. Maeder. Academia Nacional de la História. Buenos Aires, 1990. (CA, 1632-1634).

CARTAS ÂNUAS de la Província Jesuítica del Paraguay 1641 a 1643. Ed. de Ernesto J. Maeder. Academia Nacional de la História. Buenos Aires, 1996. (CA, 1641-1643).

COMUNICADO Don Domingo Ortiz de Rosas Cavallero, Marechal de Campo de los Exercitos, Gov. e Capp Gral de las Prov. del Rio de la Plata, Buenos Aires, 1743. AGN, Buenos Aires. Compañia de Jesús (1735 - 1745). Legajo 5 [412]. Sala IX 6-9-7.

CARDIEL, José. *Las misiones del Paraguay*. Edición de Héctor Sáinz Ollero. Madri: Dastin, [1771] 2002.

CARDIEL, José, SJ Dificultades que hay en la conversión de Mocovíes, Pampas y Serranos. Copia en Archivo General de la Nación, Buenos Aires. Biblioteca Nacional, Sala VII, Legajo 289, Manuscritos 4390/1 y 4390/2, 1747.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; MARTINS, Maria Cristina Bohn (Orgs.). *Carta ânua da Província Jesuítica do Paraguai 1659-1662*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2008.

FURLONG, Guillermo S. J. Antonio Sepp S. J. y su “Gobierno Temporal”. Buenos Aires: Ediciones Theoria, [1732] 1962.

INFORME de la situación de la estancia del Yapeyú. AGN, Buenos Aires. Compañia de Jesús (1676 – 1702). Leg. 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS. In: CORTESÃO, Jaime. *Tratado de Madri, antecedentes - Colônia do Sacramento (1669-1749)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954 (MCAV, 1954).

MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS. In: VIANNA, Helio. *Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970. (MCA IV, 1970).



PARECER de los P.^{es} del Uruguay y Parana en el q manifiestan q es muy justo y licito el q se haga la guerra à la naciones de yndios coligados, Julio y Agost^o del 1701. AGN, Buenos Aires. Compañia de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

PARECER del P.^e Andrian Gonzales, Concepción, julio 1701. AGN, Buenos Aires, Compañia de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

PARECER del P.^e Bernardo de la Vega, S. Carlos, 1701. AGN, Buenos Aires, Compañia de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

PARECER del P.^e Gerónimo Delfin, Loreto, 1701. AGN, Buenos Aires. Compañia de Jesús (1676 – 1702). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

PARECER del P.^e Francisco de Avendaño, San Luís, 1701. Compañia de Jesús (1676 – 1702). Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

PLANO de San Juan Bautista, c. de 1753. Archivo General de Simancas, MPD 02, 014. FURLONG, Guillermo S. J. Antonio Sepp S. J. y su “Gobierno Temporal”. Buenos Aires: Ediciones Theoria, [1732] 1962.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas*. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BAPTISTA, Jean. *Dossiê Missões*. O Eterno: crenças e práticas missioneiras. Brasília: IBRAM, 2015. v. 2.

BARCELOS, Artur Henrique Franco. O Mergulho no Seculum: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial. 543f. Tese (*Doutorado em História*) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BRACCO, Diego. *Charrúas, guenoas y guaraníes interacción y destrucción: indígenas en el Rio de la Plata*. Montevideo: Linardi y Risso, 2004.

BRACCO, Diego. Los guenoas minuanos misioneiros. *Memoria Americana*, Caderno de Etnohistoria, 24.1, 2016, p. 33-54.

BRUNO, Cayetano. *Historia de La Iglesia en la Argentina*. (1740-1778). Buenos Aires: Editorial Don Bosco, 1969.



DEL VALLE, Ivonne. *Escribiendo desde los márgenes: colonialismo y jesuitas en el siglo XVIII*. México: Siglo XXI, 2009.

FURLONG, Guillermo S. J. *Misiones y sus pueblos de guaraníes*. Buenos Aires: Imprenta Balmes, 1962.

GARCIA, Elisa Frühauf. As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. 319f. Tese (*Doutorado em História*) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

GIROTTO, Fernanda. A Amazônia do exílio: os escritos de Chantre y Herrera. 156f. Dissertação (*Mestrado em História*) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2013.

HERNÁNDEZ, Pablo. *Organización social de las doctrinas de guaraníes de la Compañía de Jesús*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2 Volume, 1913.

LEVINTON, Norberto. *El espacio jesuítico-guaraní: la formación de una Región Cultural*. Asunción: CEADUC, 2009.

MAEDER, Ernesto; GUTIERREZ, Ramón. *Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes*. Argentina, Paraguay y Brasil. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 2009.

MARÍA MORALES, Martín. (2007). Al ritmo de la tain-tain.: el drama cotidiano en el mundo guaraní. In: AIZPURU P. & BAZANT M. (Eds.). *Tradiciones y conflictos: Historias de la vida cotidiana en México e Hispanoamérica*. México, D.F.: Colegio de Mexico, p. 29-72. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctv47wbxj.4>. Acessado em 11/11/2018.

MELIÀ, Bartomeu. *El Guaraní conquistado y reducido*. Biblioteca de Antropología. Vol. 5. Centro de Estudios Antropológicos. Asunción: Universidade Católica, 1988.

MÖRNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Hyspamérica, 1985.

NEUMANN, Eduardo. Fronteira e Identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680/1757. *Revista Complutense de História de América*, 26, Madrid: Universidad Complutense, 2000, p.73-92.

POSSAMAI, Paulo. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.



QUARLERI, Lía. La rebelión anunciada de las misiones guaraníes del antiguo Paraguay. *Suplemento Antropológico*, vol. XL, nº 2, 2005, p. 41-74.

QUARLERI, Lía. El territorio jesuítico-guaraní: del enfrentamiento de sentidos al conflicto armado (1750-1761) *História Unisinos*, 11(2): Maio-Agosto, 2007, p. 173-184.

QUARLERI, Lía. *Rebelión en las fronteras del Plata: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

SERRES, Helenize Soares. *As estâncias missioneiras da Banda Oriental do rio Uruguai*. 2018, 208f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-graduação em História Universidade do Rio dos Sinos - Unisinos, São Leopoldo, 2018.

SILVA, Andre Luis Freitas da. *Reduções Jesuítico-Guarani*. Espaço de diversidade étnica. São Bernanardo do Campo: Nhanduti, 2013.

SUSNIK, Branislava. *El Indio Colonial del Paraguay* (v. II). Los Trece Pueblos Guaranies de las Misiones (1767-1803). Asunción: Museo Etnografico “Andres Barbero”, 1966.

SUSNIK, Branislava. *Interpretación etnocultural de la complejidad sudamericana antigua: formación y dispersión étnica*. Asunción: Museo Etnografico “Andres Barbero”, 1994.

WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009a.

WILDE, Guillermo. Territorio y Etnogénesis Misional en el Paraguay del siglo XVIII. *Dourados: Fronteiras*, vol. 11, no 19, 2009b, p. 83-106.

